

## **Turismo, museologia, universidade e assentamentos de reforma agrária: diálogos possíveis**

**Leonardo Giovane Moreira-Gonçalves**

Mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo, Brasil.

Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual Paulista, Brasil.

E-mail: [leonardo.giovane@unesp.br](mailto:leonardo.giovane@unesp.br)

### **Resumo**

Ainda que existam fatores que dificultam o desenvolvimento de práticas voltadas ao patrimônio cultural rural, há iniciativas comunitárias, muitas vezes em simbiose com a universidade, que fortalecem as comunidades em suas pautas locais. Este artigo teve como objetivo, refletir e exemplificar sobre as possibilidades do turismo e da museologia no espaço rural como instrumentos de valorização do patrimônio cultural em assentamentos de reforma agrária, a partir dos casos dos assentamentos do município de Rosana, São Paulo, Brasil. As possibilidades também trazem uma reflexão sobre o papel de parceiro da universidade nos assuntos de valorização e gestão patrimonial das comunidades limítrofes, neste caso da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Universidade de São Paulo (USP). Como metodologia, realizou-se uma pesquisa bibliográfica exploratória em livros, revistas e sites que abordassem os temas verticais e horizontais propostos. Além disso, utilizou-se do relato empírico dos trabalhos de valorização patrimonial, turismo e museologia que vêm sendo desenvolvidos nos assentamentos de Rosana, desde 2014, por meio de pesquisas e ações extensionistas. Por meio dessa metodologia, tornou-se possível identificar o turismo no espaço rural como um agente mitigador do êxodo rural, diversificador econômico, mantenedor das paisagens e desmistificador de preconceitos. Sobretudo, observou-se que a prática de turismo e museologia em assentamentos rurais permite o despertar da comunidade quanto a valorização, salvaguarda e empoderamento a respeito de seu patrimônio cultural, sendo este despertar, num primeiro momento, proporcionado pela relação com a universidade. Ademais, constatou-se que a simbiose entre universidades e comunidades são frutíferas à medida que permite benefícios mútuos, como a formação de profissionais responsáveis, alargamento das teorias, reconhecimento da pluralidade dos saberes, democratização do conhecimento, autonomia e soberania na gestão do patrimônio, entre outros fatores.

**Palavras-chave:** Turismo; Museologia; Universidade; Assentamentos de Reforma Agrária; Valorização Patrimonial.

## 1 INTRODUÇÃO

Boaventura de Sousa Santos (2011) afirma que o meio acadêmico é o mundo do rigor dos métodos, positivista, hegemônico, distante da sociedade e em grande medida, colonial. Por conta disso, a universidade enfrenta três crises sistêmicas: a crise de hegemonia, a legitimidade e a crise instrucional. Para Follmann (2014, p.28) “o mundo acadêmico é o mundo das disciplinas. É, também, muitas vezes, um mundo que sucumbe a certas arrogâncias disciplinares”. O combate a essa estrutura herdada pode ser feita, por exemplo, com a intensificação das relações da universidade com a comunidade, flexibilização dos currículos, transformação dos métodos de ensino e a uma abertura “madura para a integração de saberes diferentes, sejam eles saberes de disciplina ou combinação de disciplinas ou, ainda, saberes de outras ordens, que transcendem as disciplinas, atuando como “interrogantes externos” (Ibidem).

Sandra de Deus (2020, p. 19), expõe que há três componentes reais, atuais, que colocam em risco a abertura universitária e a popularização da extensão, sendo:

I) os currículos fechados entre quatro paredes, em que os estudantes necessitam cumprir uma carga horária estruturada em créditos, sendo muitos obrigatórios e poucos eletivos; II) o acomodamento tanto docente quanto discente; e III) a própria estrutura universitária, que se coloca distante do cotidiano, dos movimentos sociais e das demandas gerais da sociedade.

O ensino, a pesquisa e a extensão estão regimentadas pela Constituição Federal Brasileira desde 1988, bem como a sua indissociabilidade (BRASIL, 1988), mas as discussões sobre o tópico antecedem o marco. A extensão universitária, muitas vezes, é o ponto de contato da universidade com os grupos locais, sendo que ao longo dos anos a extensão universitária foi se transformando, ora necessitando de recursos financeiros e institucionalização, ora sendo utilizada pelas universidades como instrumento de desenvolvimento comunitário, aproximação e oxigenação dos conteúdos (DEUS, 2020).

No campo da museologia e do turismo, conhecemos propostas excepcionais que demonstram as possibilidades do trabalho universitário com as comunidades e os benefícios possíveis para todos os envolvidos. No Brasil há diversas iniciativas acadêmicas de extensão que se desdobram em ações museológicas que congregam museus comunitários, sociedade, turismo e universidades. Suzy Santos (2017) apresenta que foram identificados 196 ecomuseus e museus comunitários no Brasil em 2017, sendo que alguns desses possuem participação de estudantes e docentes das universidades circunvizinhas e, alguns são geridos por universidades, como por exemplo o Eco-Museu da Ilha da Pólvora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e o Ecomuseu da Universidade do Vale do Itajaí (Univali); há também museus que possuem universidades no conselho gestor, como por exemplo, o Museu do Alto Sertão da Bahia, cogerido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e, o Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne, tendo como núcleo impulsionador a Universidade de Brasília (UnB). Com base nos estudos de Santos (2017), Moreira-Gonçalves e Thomaz (2021, p. 266) apontam que na região sudeste haviam 62 experiências museológicas. E “em 30 (48%) foi possível

identificar a presença de Instituições de Ensino Superior (IES), sendo que em 57 (93%) as IES atuam como parceiras e no apoio, em 4 (7%) atuam na gestão”.

Isto posto, o presente artigo teve como objetivo refletir e exemplificar sobre as possibilidades do turismo e da museologia no espaço rural como instrumentos de valorização do patrimônio cultural em assentamentos de reforma agrária, a partir dos casos dos assentamentos do Município de Rosana, São Paulo, Brasil. As possibilidades também trazem uma reflexão sobre o papel de parceiro da universidade nos assuntos de valorização e gestão patrimonial das comunidades limítrofes, neste caso da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Universidade de São Paulo (USP).

A pesquisa bibliográfica dedicou-se em entender temas que se interrelacionam como o extensionismo universitário suas implicações e benefícios (DEUS, 2020; FOLLMANN, 2014), colonialidade (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2018; SANTOS, 2011) e educação patrimonial (FLORÊNCIO, 2012; CARVALHO, 2012). Esses temas, relacionados com os autores citados e outros, auxiliam a embasar as discussões e aprofundar as reflexões sobre o tema central do artigo.

Também foi exposto um relato sistematizado da experiência do pesquisador com projetos de turismo e museologia desempenhados desde 2014, nos assentamentos de reforma agrária do Município de Rosana. Para tanto, são apresentadas entrevistas feitas por veículos de imprensa com as assentadas, relatos orais e descrições da experiência empírica do próprio pesquisador que demonstram a potência do projeto.

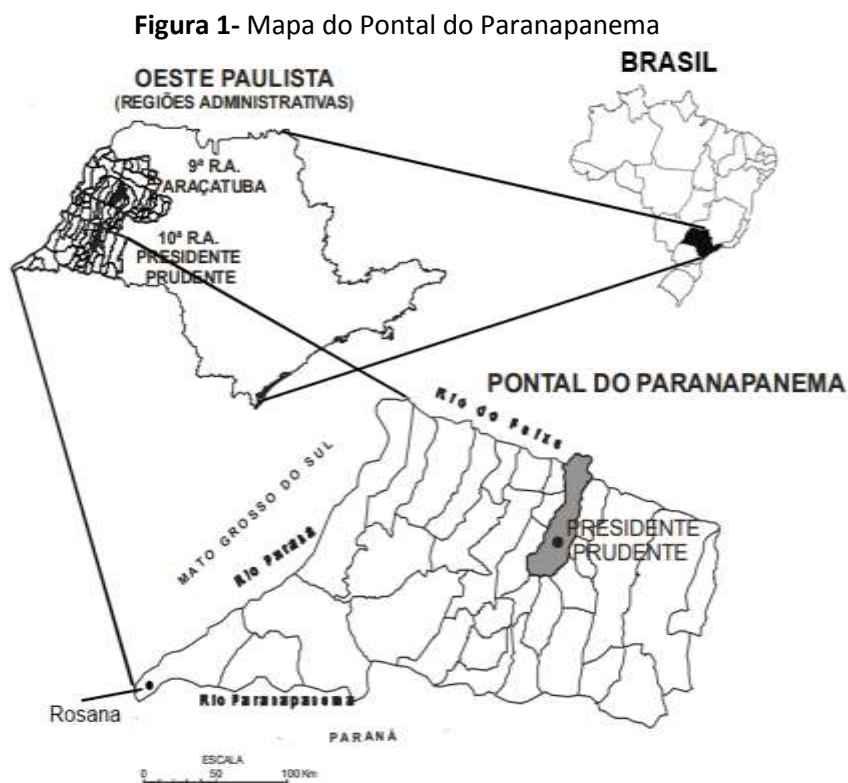
## **2 A UNIVERSIDADE, O TURISMO E A MUSEOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DE ROSANA, SÃO PAULO**

A criação de “assentamentos no Brasil não é decorrente de políticas desenvolvimentistas para atender às demandas das populações rurais, mas sim uma tentativa de amenizar os conflitos sociais no campo, devido às reivindicações contra os grandes latifundiários” (BARCIELA, 2017, p. 49). A reforma agrária “visa reformar, modificar uma estrutura preexistente que não está funcionando adequadamente aos fins programados. Assim, partindo-se de tal estrutura, dá-se a sua reforma, para atender aos fins programados e que são, geralmente, de interesse da nação” (IOKOI, 2005, p. 28). Busca-se, assim, corrigir a função da terra, prezando pelo seu uso social. Para Naira Duran (2013, p. 34):

A reforma agrária, como conceito geral, é o sistema que serve para regular e promover a divisão justa de terras em um Estado, especificamente, com intuito de reparar séculos de uma distribuição fundiária injusta, causando uma disparidade muito grande entre detentores de grandes porções de terras (latifundiários) e pessoas que não têm onde morar e produzir.

O município de Rosana, território basilar desta pesquisa, localiza-se no extremo sudoeste do estado de São Paulo, no Pontal do Paranapanema. A região vivenciou intenso período de disputa pelo território no final do século XIX, com desmatamento, genocídio indígena, ocupação ilegal de terras, grilagem, instalação de Usinas Hidrelétricas (UHE) e recentemente os movimentos sociais pela reforma agrária (SOBREIRO FILHO, 2012). O Pontal do Paranapanema possui na atualidade cento e

dezessete (117) assentamentos de reforma agrária, sendo que em Rosana estão quatro assentamentos: Gleba XV de Novembro (1984), Nova Pontal (1998), Bonanza (1998) e Porto Maria (2005), com quase 800 famílias assentadas (GONÇALVES, 2018). Os assentamentos têm uma população total de 2.696 pessoas e 628 famílias distribuídas em 14.605,14 hectares (ITESP, 2019).



A luta pela reforma agrária, suas dificuldades e desafios, não se extingue com a desapropriação de terras e a implantação dos projetos de assentamento. Após esse período, as lutas por melhores condições de vida nos próprios assentamentos continuam. O desejo de conquistar um pedaço de terra para plantar e sobreviver não existiu no Pontal somente nos anos de 1980 e 1990, perdurando de diferentes formas até os dias atuais. Segundo Thomaz e Gonçalves (2019), em 2014, os filhos das pessoas assentadas dos assentamentos Porto Maria e Gleba XV de Novembro, formaram o Acampamento dos Agregados com o intuito de pressionar as autoridades da região a promoverem a reforma agrária. As famílias pertencentes a este acampamento “já foram assentadas após um período de quase quatro anos vivenciando o barraco de lona. As famílias foram assentadas nas antigas terras da Fazenda Nazaré em outubro de 2017, no município de Marabá Paulista/SP” (THOMAZ; GONÇALVES, 2019, p. 6).

Além das questões agrárias que atribuem a Rosana características únicas, em 2017 o município foi elevado ao título de Município de Interesse Turístico (MIT), pelo

<sup>1</sup> Com base em: BARONE, L. A.; MELAZZO, E. S.; SILVA, A. A. Célula do Pontal do Paranapanema-SP: Acompanhamento e informação para o desenvolvimento rural. Presidente Prudente/SP: UNESP, FATEC, 2011.

então governador Geraldo Alckmin, por meio da Lei 16.566/17. Segundo a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (2018) dentre os critérios que elevaram o município a categoria de MIT, pode-se mencionar seu histórico de ocupação, belezas naturais, fauna e traços culturais. O segmento turístico base do município é o turismo de pesca, seguido do turismo de lazer, tendo como atrativo principal o Balneário Municipal. A oferta de equipamentos e serviços turísticos no município vem crescendo muito nos últimos anos, principalmente após sua aprovação como MIT (PREFEITURA DE ROSANA, 2021).

Por sua vez, a Faculdade de Engenharia e Ciências (FEC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Rosana, foi fundada em agosto de 2003, dispondo inicialmente somente do curso de bacharelado em Turismo com ênfase em meio ambiente. Na atualidade o campus oferta os cursos de Turismo e Engenharia de Energia. Desde o princípio os docentes da FEC de Rosana buscaram alinhar os conhecimentos produzidos na universidade com o cotidiano das comunidades limítrofes (PINHO, 2019). Dentre os projetos universitários que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão, destacamos: Cursinho Alternativo da UNESP de Rosana (CAUR), Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI), Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE), Programa de Educação Tutorial (PET) Turismo, Projeto Memória Ferroviária (PMF) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Turismo no Espaço Rural (GEPTER).

A respeito de algumas ações desenvolvidas pela universidade nos assentamentos, apontamos que no Assentamento Nova Pontal ocorreu um projeto de extensão iniciado em 2014, sendo:

O Projeto Turismo em Rosana – Conhecendo a natureza teve como proposta principal, desenvolver roteiros em ambientes naturais/rurais existentes no município de Rosana que possam ser estudados e apreciados por jovens estudantes [...], promovendo aproximação entre o homem do campo e os jovens do meio urbano como princípio de valorização das pessoas, envolvendo ensino e aprendizagem no ambiente rural (GONÇALVES, 2015, p. 47).

Gonçalves (2015) relata que durante o projeto foram realizadas oficinas de qualificação com as pessoas assentadas de 14 propriedades e a elaboração de três roteiros diferentes, versando sobre o turismo pedagógico. O projeto tinha como público alvo os estudantes do Ensino Fundamental de escolas de Rosana, que visitavam nesses roteiros as propriedades rurais, as criações de animais, a roça e ao final tinham a oportunidade de experimentar a culinária local e participar de atividades educativas sobre os assentamentos. A parceria entre a universidade e os assentamentos foi relevante para fornecer autonomia aos grupos assentados quanto à gestão turística de seu território, que na atualidade recebem turistas em suas hospedagens, trilhas, restaurantes e lotes.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Turismo no Espaço Rural (GEPTER), da UNESP, Câmpus de Rosana, desenvolve desde 2006 projetos com os quatro

assentamentos<sup>2</sup>. Entre os projetos desenvolvidos e em desenvolvimento podemos citar o inventário turístico do Assentamento Porto Maria, livro de receitas rural, observação de pássaros, armazém rural, *glamping*, trilhas na natureza, hospedagem rural, cicloturismo e o Observatório Turístico Intermunicipal Avaré (SP) e Rosana (SP). O Grupo formado por docentes, discentes e técnicos administrativos, realizou, por exemplo, capacitações profissionais, estudos e organização de festividades em conjunto com a Associação de Mulheres do Assentamento Porto Maria, responsáveis pelo Restaurante Rural do Porto Maria.

Dentre os projetos do GEPTER destaca-se uma iniciativa museológica para os assentamentos, que é a constituição de um museu comunitário, ainda não existente em sua forma física, mas que durante o período de 2014 a 2018 houve a execução de um Inventário Patrimonial, que registrou, documentou e disponibilizou registros sobre o patrimônio material e imaterial de vinte e sete pessoas assentadas entrevistadas, utilizando-se da metodologia de história oral. Segundo Gonçalves (2019), o inventário culminou na identificação do perfil cultural dos grupos assentados que se projeta de diferentes formas: na alimentação, fala, vestimentas, cuidado com a terra, saberes, fazeres e dizeres, modo de vida, permanência e resistência. Resultante deste levantamento, o conjunto material, que poderá compor o museu, possui na atualidade 500 fotos digitalizadas que remontam o período de acampamento, infância, adolescência, celebrações e outros momentos que retratam a história de vida das pessoas entrevistadas.

O inventário baseava-se na oralidade, contudo alguns objetos foram guardados durante as visitas. O conjunto material possui 60 objetos, bem como ferro a brasa, lamparina, bandeira, foice, arado, moedor de grãos, máquinas de costura, utensílios de cozinha; entre outros objetos que funcionam como receptáculos da memória dos grupos assentados (MOREIRA-GONÇALVES; THOMAZ, 2021).

A iniciativa para a criação do museu dos assentamentos não nasceu da comunidade de assentados de Rosana, mas sim dos pesquisadores do GEPTER. No entanto, o processo de inventário, o “Colóquio dos Saberes, Fazeres e Dizeres do Campo<sup>3</sup>” e as pesquisas desenvolvidas junto ao Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia na Universidade de São Paulo (PPGMus-USP) (GONÇALVES, 2021), vem trazendo resultados significativos para a apropriação da ideia de museu comunitário, expandido as *práxis* e reflexões museológicas, que carecem de descrição e análise pormenorizada, mesmo depois da finalização da pesquisa de mestrado, uma vez que as relações trilhadas pela Museologia Social extrapolam os prazos institucionais.

### 3 VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 30, tradução nossa) ao exemplificar o conceito da sociologia das ausências, menciona que “a inexistência é produzida

<sup>2</sup> Os resultados das pesquisas anteriores nos assentamentos de Rosana estão disponíveis em: Gonçalves, Silva e Ribeiro (2015), Gonçalves (2018), Gonçalves (2019), Moreira-Gonçalves (2020), Moreira-Gonçalves e Thomaz (2021), Moreira-Gonçalves (2021) e Gonçalves (2021).

<sup>3</sup> Evento de encerramento do ciclo do Inventário Patrimonial realizado em 2018, ver: Moreira-Gonçalves e Thomaz (2021).



sempre que determinada entidade é desqualificada e considerada invisível, ininteligível ou descartável. Portanto, não há apenas uma maneira de produzir ausência, mas várias”. As ausências ou inexistências, segundo Boaventura, podem ser produzidas por meio de cinco lógicas, sendo: o ignorante, o retardado, o inferior, o local ou o privado e o improdutivo ou estéril. Quando mencionamos as populações assentadas, duas lógicas em especial poderiam ser refletidas.

A primeira lógica derivante da *monocultura do conhecimento* e do *rigor do conhecimento*, baseia-se na validação dos conhecimentos e da cultura, aquilo que é considerado ou não cultura, arte, belo, útil, saber, etc. Essa legitimação é promovida pelas classes dominantes, que atestam a inexistência e sua ignorância sobre os diversos modos de cultura (SANTOS, 2011). Essa lógica pode ser exemplificada por meio da discriminação existente entre os grupos assentados e os residentes no perímetro urbano de Rosana, que durante o período de reforma agrária, a partir da década de 1980, desvalidavam os saberes dos grupos assentados e por isso os segregavam. De acordo com dados do inventário patrimonial (GONÇALVES, 2018), uma assentada relatou que quando chegou a Rosana, existiam lugares onde os assentados eram proibidos de frequentar e a expressão “você é louco ou é da gleba?” sempre esteve presente no linguajar rosanense.

Santos (2011) disserta que a ignorância é um dos substantivos que estrutura a lógica da monocultura do conhecimento, principalmente porque as massas desconhecem o cotidiano das comunidades. Assim, por meio da visitação turística em assentamentos, a ignorância (desconhecimento) dá espaço à alteridade, ao descobrir, às trocas de saberes e ao aprendizado. O turismo pode romper com os estigmas engendrados na sociedade e que muitas vezes nunca foram discutidos e refletidos, mas sim transmitidos.

Outra lógica de produção de ausências que poderia ser abordada e desconstruída por meio do turismo, e também pela museologia, é a *monocultura do tempo linear*, sendo que essa consiste no entendimento de que a história tem sentido único “progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização [...]” (SANTOS, 2011, p. 31, tradução nossa). Santos (2011) afirma que se as demais civilizações que não avançaram, segundo essa lógica, são entendidas como selvagens, subdesenvolvidas e obsoletas. Esse é um dos modos de produção de ausências que impacta diretamente os assentamentos, pois seus conhecimentos sobre plantio, irrigação, colheita e armazenagem, seu cotidiano, por muitas vezes são considerados rudimentares e arcaicos, quando comparados ao agronegócio, por exemplo.

Argumenta-se, então, que os mesmos predicados e marcos distintivos que acusam o rural de atrasado, podem ser transformados em atrativos. O patrimônio cultural dos grupos assentados está em todos os seus saberes, fazeres e dizeres, bem como em seus territórios, em suas casas, hortas, pomares, matadouros, restaurantes e alambiques. O turismo ao se apropriar dessa oferta, ao comercializar aos forasteiros, auxilia no processo de valorização desse patrimônio, permitindo que as próprias pessoas assentadas contem suas versões sobre a sua história, que vem de desencontro aos discursos hegemônicos. A exemplo dessa necessidade de uma escuta atenta para a decolonização, evidencia-se que anualmente os discentes do curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e Ciências, Câmpus de Rosana, na disciplina “Turismo no

Espaço Rural”, tem a oportunidade de visitar os assentamentos, experimentar a culinária local e ouvir as histórias das pessoas assentadas.

Quando se trata de valorização patrimonial, deve-se entender que é indispensável que as comunidades narrem suas próprias histórias, e que nos processos de formatação de produtos turísticos as mesmas estejam presentes e sejam protagonistas (FLORÊNCIO, 2012).

Durante o Inventário Patrimonial (2014-2018) realizado nos assentamentos, verificou-se que todas as pessoas assentadas possuíam histórias sobre mitos, lendas, provérbios, cantigas e fábulas que remetem à sua infância. (GONÇALVES, 2018). Entretanto, essas memórias estavam adormecidas e em alguns casos, silenciadas. Em outro momento, uma assentada mencionou que não gostaria de compartilhar suas histórias com o projeto do museu para os assentamentos, pois considerava que sua trajetória não era relevante e que as pessoas não gostariam de ouvi-la, além disso afirmou que: *“há memórias de sofrimento que não devem ser compartilhadas”* (GONÇALVES, 2019, p. 20), lembrando-nos que memórias são escolhas, apagamentos e silenciamentos, mas que também envolvem traumas. Nesse sentido, não podemos desconsiderar que há conhecimentos, como os que envolvem as pessoas assentadas, que são construídos na dor (SANTOS, 2011).

Nessa conjuntura, o turismo no espaço rural pode favorecer o despertar e a valorização das memórias e do patrimônio cultural da comunidade. Segundo Lima (2015), essas histórias e memórias fazem parte do patrimônio cultural rural, e mesmo adormecidas, podem ser ativadas e transmitidas aos turistas, pela educação não formal. Formatar experiências turísticas que envolvam esses saberes e fazeres auxiliaria na salvaguarda, valorização e empoderamento quanto a esse patrimônio pela comunidade, e aprendizado por parte do turista.

Carvalho (2012, p.312) aponta que a educação patrimonial e a salvaguarda do patrimônio têm como objetivo a *“requalificação e revitalização territorial, melhoria das condições e qualidade de vida das populações, reconstrução de memória e identidade [...] e integração dos lugares na esfera dos lazeres turísticos [...]”*. Em vista disso, as potencialidades educacionais e valorativas deflagradas pelo turismo em assentamentos não beneficiam somente o visitante, mas também à comunidade visitada.

Essa afirmação baseia-se na constatação de que muitas das pessoas assentadas de Rosana não reconhecem seu patrimônio cultural. No Inventário Patrimonial muitos dos objetos documentados estavam ao relento, *“adormecidos”*, sem nenhuma atenção especial, como cabe ao patrimônio legitimado como tal. (GONÇALVES, 2021).

Essa premissa revelou-se também no decorrer das entrevistas para o inventário, quando se perguntava às pessoas assentadas *“por que é importante criar um Museu?”*. Ao responder à pergunta, uma das assentadas indagou: *“afinal o que vão por nesse museu? Qual vai ser a obra prima lá? O que vocês vão ponhá nesse museu pra mostrá? Alguma coisa antiga né?”* (GONÇALVES, 2018, p. 22). Na fala dela, podemos observar uma divisão entre um *“eu”* que fala e um *“vocês”* que decidem sobre o museu, relação esta que buscamos alterar na pesquisa de mestrado. Por outro lado, a fala revela: o museu (como organização) é entendido como um lugar (espaço não necessariamente físico, mas social) onde se colocam (musealização e curadoria) coisas importantes (*musealia* e musealidade) para serem mostradas (comunicar).



Todas as vezes que os grupos assentados recebem turistas em seu território os mesmos são despertados a valorizar, salvaguardar e comunicar sobre seu patrimônio cultural, pois se o turista veio visitar é porque há elementos significativos que justifiquem a visita. Sônia Florêncio (2012, p.29), evidencia que a Educação Patrimonial poderia ser uma “importante ferramenta na afirmação de identidades e para que as pessoas se assumam como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos”.

A educação patrimonial promovida pelo turismo e a museologia desempenha papel decisivo na valorização e preservação do patrimônio cultural, por turistas e residentes. A partir do momento que as comunidades vivenciam seus patrimônios e identificam as potencialidades, sejam museológicas e/ou turísticas, conexões afetivas são instituídas e a comunidade se torna autogestora do seu patrimônio. Como exemplo, essas relações podem ser observadas nos museus indígenas que articularam a visita ao museu e ao seu território, valorizando assim sua cultura e promovendo, segundo Cury (2017), a autonomia e protagonismo dos povos indígenas e uma visita crítica, visando a decolonização. Também podemos citar casos exitosos como o Museu Akãm Orãm Krenak, da Terra Indígena (TI) Vanuíre em Arco-Íris (SP) (KRENAK, 2021), a Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri, em Nova Olinda (CE) (LIMAVERDE, 2015), o Museu das Remoções, no Rio de Janeiro (RJ) (TEIXEIRA, 2020), o Ecomuseu da Amazônia, em Belém (PA) (ALMEIDA; MARTINS, 2021) e tantos outros exemplos.

O museu para os assentamentos, baseando-se no trecho anterior, quando instituído, e se for, poderá ser um equipamento cultural no meio rural responsável pelo empoderamento comunitário e valorização patrimonial. Em entrevista cedida à Prefeitura de Rosana (2018) após o “Colóquio dos Saberes, Fazeres e Dizeres do Campo: o Museu do Assentado em Rosana/SP”, Helena Francisca de Carvalho Pino, assentada na Nova Pontal, declarou:

Quando o [sic] Leo chegou com a proposta, me senti valorizada, pois a mulher do campo é muito esquecida, e uma universidade como a UNESP se preocupar com as mulheres é muito gratificante. É emocionante poder voltar ao passado e contar como foi a nossa trajetória, o projeto superou minhas expectativas, pois contar nossa história é contar o sofrimento e da nossa luta. Hoje vendo e recordando tudo que vivenciamos é emocionante (PREFEITURA DE ROSANA, 2018).

O evento, realizado no dia 17 de setembro de 2018 na UNESP, Câmpus de Rosana, foi o encerramento de um período de quatro anos de Inventário Patrimonial (2014-2018). Segundo Moreira Gonçalves (2020, p. 370, tradução nossa) o intuito do evento foi:

reafirmar a identidade dos entrevistados, mostrar aos assentados a importância de sua história e traços culturais, lembrar o passado, empoderar a comunidade local, ressignificar e difundir a cultura dos assentamentos para a comunidade que participou do evento [...].

O futuro Museu será um dos elementos comunicadores do patrimônio cultural local, entretanto o próprio território e sua gente, suas casas, hortas, criações, seus saberes, signos, símbolos e crenças já comunicam ao visitante. Uma vez que, segundo Florêncio (2012) a educação patrimonial efetiva é aquela que ocorre nos espaços da vida, pois os territórios são educativos.

Com base nas experiências de pesquisas com os grupos assentados, talvez em um ambiente futuro, a estruturação das atividades turísticas e museológicas em territórios tradicionais deveriam ser planejadas buscando preparar o turista para o local, e não o local para o turista. Apoiando-se no princípio de que a comunidade local deve ter autonomia e ser protagonista na gestão de seu território, as iniciativas devem buscar não teatralizar as experiências, para não a desconectar da realidade local.

O modelo de visitação, bem como o perfil dos visitantes, são assuntos relevantes para caracterizar e planejar o turismo nos assentamentos. Especialmente, em Rosana, as pesquisas do GEPTER evidenciam que a maior parte das pessoas assentadas que participavam dos projetos do grupo, desejam receber visitantes espontâneos em suas propriedades.

Mais uma vez, ressaltamos que as atividades desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária devem partir do seio da própria comunidade, sintonizadas com as pautas sociais mais urgentes, promovendo a cada dia a autonomia comunitária. Assim como acreditados no Turismo Rural Comunitário (TRC), concordamos com Chagas e Bogado (2017, p. 142) ao dizer que a museologia:

[...] há de servir não apenas à preservação de coisas, objetos e artefatos, mas à valorização da vida em sociedade, não à vida orgânica e biológica apenas, mas à vida como relação, como vivência e convivência, como potência não orgânica de vida, como potência de criação e de resistência.

Kieffe (2018, p. 2, tradução nossa), explica que o Turismo Rural Comunitário é derivado do Turismo de Base Comunitária (TBC), sendo o TRC:

[...] uma modalidade de turismo de pequeno formato, implantado em zonas rurais e onde a população local, através das suas estruturas organizacionais coletivas, desempenha um papel significativo no seu controle e gestão, oferecendo atividades que respeitam o ambiente natural, cultural e social, e com os valores de uma comunidade, o que permite desfrutar de uma troca positiva de experiências entre residentes e visitantes, onde a relação entre o turista e a comunidade é justa e os benefícios da atividade são partilhados de forma equitativa.

Florêncio (2021) considera os territórios como espaços propícios para educação e valorização patrimonial por meio das vivências com a comunidade e seu cotidiano. Experiências essas que podem ser ofertadas pelo turismo em comunhão com as práticas museológicas, entendendo também que a museologia extrapola o edifício, uma vez que a função social do museu e os conceitos de inclusão e participação vêm se transformando ao longo dos anos da museologia tradicional, que considerava o museu

como “edifício + coleção + público”. Já temos outras concepções de uma Nova Museologia ao considerar o “território + patrimônio + população” (CHAGAS; PIRES, 2018). Seria possível ainda outra ampliação, como proposta por Cury (2021, p. 174):

As experimentações sociais influenciaram os museus tradicionais [...]. Uma das principais contribuições está na ampliação coleção/patrimônio, edifício/território e público visitante/sociedade. Mais recentemente, considero a ampliação representação/autorrepresentação.

Sendo então a musealização entendida no território, os museus de território “são museus cujo território de referência está incluído no nome e nos seus documentos estatutários. Neste caso, o museu dedica-se à valorização e ao desenvolvimento do território com base no seu patrimônio e com a sua comunidade” (VARINE, 2020, p. 174, tradução nossa). Segundo Oliveira (2015, p. 42):

Diferente de um museu tradicional, o museu de território, embora aberto a um público amplo, é voltado prioritariamente para a comunidade na qual ele está instalado, servindo para que ela se reconheça nele, e que através disso ela seja por si mesmo valorizada, contribuindo para a manutenção de sua identidade. Geralmente os objetos em um museu de território permanecem em seu contexto original, são inventariados, mas não necessariamente recolhidos para dentro de uma instituição, eles continuam fazendo parte da vida das pessoas, servindo a elas.

Assim, pode-se concluir que as atividades que ocorrem no espaço rural, sejam essas imbricadas nas mais diversas motivações, são atividades que podem promover a valorização patrimonial, quando essas têm os grupos locais como protagonistas, principalmente entendendo que o público principal são as pessoas residentes.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Somente com a junção do trabalho em campo, as comunidades e com as pesquisas acadêmicas que poderemos “libertar as próprias pessoas da alienação cultural, ou liberar sua capacidade de imaginação ou iniciativa, ou liberar a consciência dos seus direitos de propriedade sobre seu patrimônio” (VARINE, 2014, p. 32), desatando, pouco a pouco, as amarras da colonialidade de poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2005). Mignolo (2018, p. 310) aponta que é preciso se engajar em projetos decoloniais, “aprender a desaprender os princípios que justificam museus e universidades, e formular um novo horizonte de compreensão e de condições de vida humana, além da crença sagrada de que a acumulação é o segredo para uma vida decente”.

A visitação ao espaço rural pode ser uma ferramenta de valorização patrimonial, de visitação crítica pois, se o turista visita esses espaços/territórios educativos, os grupos assentados passam a perceber que seu patrimônio e seu território são sim interessantes e valiosos. Dessa construção dialógica entre turista e

pessoas assentadas, vê-se germinar uma valorização patrimonial mútua, onde o turista educa e é educado, bem como as pessoas assentadas ensinam e valorizam seu patrimônio. Este artigo utilizou como estudo de caso as pesquisas desenvolvidas nos assentamentos de Rosana, no entanto as reflexões e propostas apresentadas podem ser replicadas em outros contextos, uma vez considerado as características de cada localidade.

Decerto, o turismo e a museologia comprometidos com a participação comunitária, contribuem para a manutenção das populações locais, valorização e reconhecimento patrimonial e, assim, a preservação das paisagens. Para além disso, essas atividades no espaço rural permitem que as comunidades continuem a defender seu patrimônio cultural e seu cotidiano. Consideramos ser necessário definir estratégias de intervenção que permitam estabelecer um planejamento comum entre as políticas de proteção, conservação e investigação do patrimônio e sua valorização como recurso turístico e museológico.

Asseveramos ser necessário a presença e a participação de profissionais que, com um amplo conhecimento da problemática do patrimônio cultural em todos seus aspectos (legislação, documentação, catalogação, conservação e restauração, e difusão cultural), sejam capazes de unir patrimônio, museologia e turismo dentro do respeito e do princípio de sustentabilidade.

Neste contexto histórico, como sujeitos sociais e investigadores da cultura, é necessário ter a responsabilidade de atuar junto às comunidades. Não se esquecendo, é claro, que os maiores interessados e implicados no processo são as comunidades e, por isso, as ações de turismo, museologia, ou quaisquer outras áreas, devem estar em diálogo constante com as comunidades.

A relação universidade e comunidade produz frutos para ambas as partes, como na formação de profissionais responsáveis, que respeitam a comunidade, investigadores e cidadãos. A universidade, por sua vez, aprende a reconhecer outros saberes, se torna plural e polifônica. As comunidades, reconhecem e aprendem novas formas de gerir seu patrimônio, se empoderam e fortalecem seus saberes.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os assentados e assentadas que em diferentes momentos foram parceiros das pesquisas, conversas e projetos. Também agradeço o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2019/18045-7, que permitiu que a pesquisa pudesse continuar e outros caminhos serem trilhados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adrielson Furtado; MARTINS, Maria Terezinha Resende. Boas práticas em educação museal: roteiros de memória do Ecomuseu da Amazônia na Ilha de Caratateua, Belém, Pará, Brasil. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 34, n. 54, p. 14-28, jun, 2021.

BARCIELA, Isadora de O. P. **Estudo de caso**: análise do potencial para implantação da atividade de turismo rural no assentamento Porto Maria/Rosana-SP. 2017. 133f. Monografia (Bacharelado em Turismo), Universidade Estadual Paulista, Rosana, 2017.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

CARVALHO, Paulo. Patrimônio e museus em contexto rural: dos lugares de memória aos territórios do lazer e do turismo. **Biblos**, Coimbra, s/n, p. 293-316, 2012.

CHAGAS, Mario S.; PIRES, Vladimir S. Abertura: Território, Museus e Sociedade. In: CHAGAS, M.; PIRES, V. (orgs.). **Território, Museus e Sociedade**: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade. Rio de Janeiro: UNIRIO, Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

CHAGAS, Mario; BOGADO, Diana. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência. In: CALABRE, L. *et al.* (Orgs.). **Memória das olimpíadas no Brasil**: diálogos e olhares, 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017, v. 1, p. 139-146.

CURY, Marília Xavier. Circuitos museais para a visita crítica: descolonização e protagonismo indígena. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 7, dossiê n. 3, p. 87-113, dez. 2017.

CURY, Marília Xavier. Política de gestão de coleções: museu universitário, curadoria indígena e processo colaborativo. **Revista CPC**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 165-191, 2021.

DEUS, Sandra. **Extensão universitária**: trajetórias e desafios. Santa Maria: UFSM, 2020.

DURAN, Naira Rosemary Zambrana. **Eventos mais sustentáveis**: o significado da inclusão social da AMANP no XVIII ENEJUNESP. 2013. 76f. Monografia (Bacharelado em Turismo), Universidade Estadual Paulista, Rosana, 2013.

FLORÊNCIO, Sônia Regina R. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, A. B. (org). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FOLLMANN, José Ivo. Dialogando com os conceitos de transdisciplinaridade e de extensão universitária: caminhos para o futuro das instituições educacionais. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 23-42, jan./jun, 2014.

GONÇALVES, Humberto Leite. **Turismo no espaço rural para o desenvolvimento de Assentamentos Rurais**: estudo de caso Assentamento Nova Pontal, Rosana/SP. 2015.

64 f. Monografia (Bacharelado em Turismo), Universidade Estadual Paulista, Rosana, 2015.

GONÇALVES, Leonardo Giovane Moreira. Afinal, o que é museu? Reflexões introdutórias sobre a nova museologia, museologia social e o Museu do Assentado. VIII MOSTRA CIENTÍFICA DE TURISMO, 2019, **Anais [...]**. Unesp, Rosana, 2019.

GONÇALVES, Leonardo Giovane Moreira. **Nova Museologia, Museologia Social e colaboração**: em discussão o museu dos assentamentos de reforma agrária de Rosana (São Paulo, Brasil). 2021. 198f. Dissertação (Mestrado em Museologia), Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, 2021.

GONÇALVES, Leonardo Giovane Moreira. **Os saberes, fazeres e dizeres do campo**: o futuro Museu do Assentado no município de Rosana/SP. 2018. 113f. Monografia (Turismo). Unesp, Rosana, São Paulo, 2018.

GONÇALVES, Leonardo Giovane Moreira; SILVA, Filipe Rossato; RIBEIRO, Renata Maria. A caminhada como roteiro de turismo no espaço rural: um estudo para roteirização no Assentamento Nova Pontal. 8º CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, **Anais...** Unesp, Rosana, 2015.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. São Paulo: lutas pela terra, um conflito secular. In: IOKOI, Z. M. G. *et al.* **Vozes da terra**: histórias de vida dos assentamentos rurais de São Paulo. São Paulo: Fundação Itesp. 2005.

ITESP. **Caderneta de Campo Social**: safra: 2017/2018. Fundação Instituto de Terras de São Paulo: São Paulo, 2019.

KIEFFE, Maxime. Conceptos claves para el estudio del Turismo Rural Comunitario. **El Periplo Sustentable**, Toluca, n. 31, p. 1-15, jan-jun, 2018.

KRENAK, Lidiane Damaceno. Museu Akãm Orãm Krenak – História, informação, exposição e atividade. **Museologia & Interdisciplinaridade**, n. 10, v. 19, p. 44-51, 2021.

LIMA, Livia M. G. Turismo, história oral e velhice: o contexto do patrimônio cultural rural paulista (São Paulo, Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 218-233, mai-ago. 2015.

LIMAVERDE, Rosiane. **Arqueologia social inclusiva**: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe. 2015. 474 f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

MIGNOLO, Walter. Museus no horizonte colonial da modernidade: garimpendo o museu (1992) de Fred Wilson. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 7, n.13, p. 309-324, 2018.



MOREIRA GONÇALVES, Leonardo Giovane. La génesis y los procesos de un museo comunitario: O Museo do Assentado en el municipio de Rosana, São Paulo, Brasil. COLOQUIO INTERNACIONAL: Museología Participativa, Social y Crítica, Santiago do Chile, 2020, **Anais...** Santiago do Chile, 2020.

MOREIRA-GONÇALVES, Leonardo Giovane. Turismo no espaço rural como instrumento de valorização patrimonial em assentamentos de reforma agrária: o caso de Rosana, São Paulo. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 121-142, set-dez, 2020.

MOREIRA-GONÇALVES, Leonardo Giovane; THOMAZ, Rosangela Custodio Cortez. A simbiose entre universidades e museus comunitários na extensão universitária: o Museu dos Assentados, metodologias, passado, presente e apontamentos futuros. In: MAGALHÃES, Fernando. *et al.* (orgs). **Museologia e Patrimônio**: volume 8. Portugal: Instituto Politécnico de Leiria, 2021.

OLIVEIRA, Carlos Augusto de. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 2, n. 2, p. 34-51, jan-abr, 2015.

PINHO, Silvia Aparecida da Silva. **Histórico do Câmpus**. Universidade Estadual Paulista. 2019. Disponível em: <https://www.rosana.unesp.br/#!/sobre-o-campus/historico-do-campus>. Acesso 15 de jul. de 2021.

PREFEITURA DE ROSANA. **Convênios MIT**. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/turismo/convenios-mit/>. Acesso: 10 mar. 2021.

PREFEITURA DE ROSANA. **Poder executivo participa do I colóquio sobre memória de assentados realizado pela Unesp Rosana**. Prefeitura de Rosana, 2018. Disponível em: <http://www.rosana.sp.gov.br/noticia/?id=1002>. Acesso em: 28 set. 2019.

QUIJANO, Anibál. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Epistemologías del Sur. **Utopía e Praxis Latinoamericana**, Venezuela, v.16, n. 54, p. 17-39, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Épistémologies du Sus. **Études Rurales**, França, n. 187, p. 21-49, 2011.

SANTOS, Suzy Silva. **Ecomuseus e Museus Comunitários nos Brasil**: estudo exploratório de possibilidades museológicas. 2017. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, Universidade São Paulo, São Paulo, 2017.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Água em abundância movimenta o turismo de Rosana, agora MIT**. 2018. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=1363>.. Acesso: 10 mar. 2021.

SOBREIRO FILHO, José. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. **Geografia em Questão**, v. 5, n. 1, p. 83-114, 2012.

TEIXEIRA, Sandra Maria de S. Museu das Remoções: moradia e memória. In: BRULON, Bruno (org.). **Descolonizando a museologia: Museus, ação comunitária e descolonização**. Paris: ICOM/ICOFOM, 2020.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema: legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais**. Relatório de Pesquisa FAPESP, Presidente Prudente, 2007.

THOMAZ, Rosângela Custódio Cortez; GONÇALVES, Leonardo Giovane Moreira. As sementes do passado e os frutos do amanhã: as influências e transformações do tempo nos traços culturais do acampamento dos agregados do município de Rosana, São Paulo. **Geosaberes: revista de estudos geoeeducacionais**, Ceará, v. 10, p. 1-16, 2019.

VARINE, Hugues de. **El ecomuseo singular y plural: un testimonio de cincuenta años de museología comunitaria en el mundo**. Chile: ICOM, 2020.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, p.25-35, 2014.

***Tourism, museology, university and agrarian reform settlements:  
possible dialogues***

**Abstract**

*Although there are factors that hinder the development of practices aimed at rural cultural heritage, there are community initiatives, often in symbiosis with the university, that strengthen communities in their local agendas. This article aimed to reflect and exemplify the possibilities of tourism and museology in rural areas as instruments for the valorization of cultural heritage in agrarian reform settlements, based on the cases of the settlements in the municipality of Rosana, São Paulo, Brazil. The possibilities also bring a reflection on the role of a partner of the university in matters of valorization and patrimonial management of neighboring communities, in this case the Universidade Estadual Paulista (UNESP) and the Universidade de São Paulo (USP). As a methodology, an exploratory bibliographic research was carried out in books, magazines and websites that addressed the proposed vertical and horizontal themes. In addition, it was used the empirical report of the works of patrimonial valorization, tourism and museology that have been developed in the settlements of Rosana,*

since 2014, through research and extension actions. Through this methodology, it became possible to identify tourism in rural areas as a mitigating agent of rural exodus, economic diversifier, maintainer of landscapes and demystified of prejudices. Above all, it was observed that the practice of tourism and museology in rural settlements allows the awakening of the community regarding the valorization, safeguard and empowerment regarding its cultural heritage, and this awakening, at first, provided by the relationship with the university. In addition, it was found that the symbiosis between universities and communities is fruitful as it allows mutual benefits, such as the training of responsible professionals, expansion of theories, recognition of the plurality of knowledge, democratization of knowledge, autonomy and sovereignty in heritage management, among other factors.

**Keywords:** Tourism. Museology; University; Agrarian Reform Settlements; Heritage Valorization.

Artigo recebido em 05/07/2022. Aceito para publicação em 04/12/2022.